

**Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC**

CNPJ nº 96.290.846/0001-82



**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2011**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais				Demonstrações do superávit							
2011		2010		2011		2010					
Passivo e patrimônio social				Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais							
Circulante				2011				2010			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.277	4.345	Fornecedores (Nota 12)	618	2.072	<b>Receitas das atividades</b>					
Recursos financeiros de projetos (Nota 5)	7.165	6.813	Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	372	355	Recursos de órgão do governo - contrato de gestão (Nota 19)		15.730	19.268		
Contas a receber (Nota 7)	321	1.644	Salários e férias a pagar (Nota 14)	1.125	1.001	Patrocínios de projetos (Nota 15)		7.523	5.767		
Estoques (Nota 8)	303	100	Créditos a receber (Nota 15)	7.142	7.268	Venda da loja, líquida do custo das vendas e tributos (Nota 20)		656	371		
Outros créditos (Nota 10)	96	100	Recursos do contrato de gestão (Nota 16)	650	1.250	Ingressos		497	633		
Despesas antecipadas	43	17		10.030	11.852	Patrocínios não incentivados		327	876		
	10.205	13.133	<b>Não circulante</b>			Contribuições associativas		36	17		
Não circulante			Provisão para contingências (Nota 17)	74	185	Doações		14	367		
Realizável a longo prazo			Recursos do contrato de gestão (Nota 16)	216	204	Finanças, líquidas		66	44		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	3.026	1.736		290	389	Outras receitas		183	86		
Outros créditos (Nota 10)	8		Patrimônio social (Nota 18)			Despesas das atividades		25.032	27.429		
			Fundo de reserva	750	750	Com contrato de gestão (Nota 19)		(17.422)	(20.094)		
			Fundo especial	596	596	Com projetos (Nota 15)		(7.523)	(5.767)		
Imobilizado (Nota 11)	934	1.736	Fundo para eventos futuros	1.000	1.000	Gastos incorridos		167	377		
Intangível (Nota 2.10)	39	59	Superávit acumulado	1.457	1.454	Recuperação de gastos - bens móveis adquiridos		(251)	(119)		
	3.918	2.908		3.803	3.800	Gerais e administrativas		(25.029)	(25.603)		
Total do ativo	14.123	16.041	Total do passivo e patrimônio social	14.123	16.041	<b>Superávit do exercício</b>		3	1.826		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio social - Em milhares de reais**

	Superávit acumulado					
	Fundo de reserva	Fundo especial	Reserva para eventos futuros	Doações recebidas	Das atividades	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	750	596		285	343	628
Superávit do exercício			1.000	(1.000)	1.450	3.800
Destinação do superávit			1.000	285	1.169	3.800
Apropriação da reserva					3	3
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	750	596	1.000	285	1.172	3.803
Superávit do exercício			1.000	285	1.172	3.803
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	750	596	1.000	285	1.172	3.803

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Informações gerais** - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2010 foi aprovada, entre outros, a alteração da denominação social da Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado para Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, A Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, também denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 2 de setembro de 2010 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998. A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca do Estado, como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter técnico, educacional, artístico e cultural. Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: (a) Promover campanhas de esclarecimento da comunidade sobre a importância artístico-cultural do acervo da Pinacoteca do Estado, mobilizando a opinião pública para garantir sua conservação e proteção, bem como para participar de suas atividades; (b) Realizar, patrocinar e promover em conjunto com a Pinacoteca do Estado, exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público; (c) Promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, mediante a formação artística e cultural; (d) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação; (e) Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área artístico-cultural; (f) Estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca do Estado e da Associação; (g) Manter ou auxiliar na manutenção do acervo cultural decorrente de seus objetivos; (h) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura; (i) Gerir espaços para venda de produtos relacionados aos objetivos da Pinacoteca do Estado, bem como explorar café, bar ou restaurante e estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores do museu e desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades de suporte da Pinacoteca do Estado. A Associação possui como principais fontes de manutenção de suas atividades o Contrato de Gestão junto à Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo e os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura; **Contrato de gestão** - A Associação firmou, em 22 de dezembro de 2008, com o Governo do Estado de São Paulo, Contrato de Gestão pelo período de cinco anos, a partir de 1º de janeiro de 2009. Durante o período do contrato, a Associação receberá recursos financeiros destinados ao fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área de museologia na Pinacoteca do Estado de São Paulo. As obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes: (i) Executar os serviços descritos e caracterizados no Anexo ao Contrato de Gestão - Programa de Trabalho - Prestação de Serviços, cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos; (ii) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público; (iii) Comunicar a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Estado da Cultura todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo de 30 dias após sua ocorrência; (iv) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo, deverão fazer parte do patrimônio do Estado); (v) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se por critérios trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Anexo ao Contrato de Gestão - Sistema de Despesa com Pessoal; (vi) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público; (vii) A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados não excederão aos níveis de remuneração praticada na rede privada da cultura, baseando-se em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado; (viii) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social; (ix) Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumentos necessários para a realização dos serviços contratados; (x) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Estado da Cultura os projetos culturais que impliquem: • o uso de espaços internos dos bens móveis, prédios ou empreendimentos para empreendimentos diversos; • o empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição; • a restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural; (xi) Submeter trimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão à Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria do Estado da Cultura; (xii) Contratar seguro multirrisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando implicar, conforme definido no Anexo ao contrato, em empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos. Entre as atividades descritas no programa de trabalho - Prestação de Serviços - do Contrato de Gestão, destacam-se: • garantir as condições que permitam o mais amplo acesso público ao museu; • execução dos trabalhos de higienização das obras do acervo expostas, restauração e conservação das obras com necessidades eventuais de intervenção, manutenção dos sistemas expo gráficos, sistemas

de segurança e detecção de incêndio, mobiliário e programação visual e substituição das obras solicitadas por outras exposições ou em processo de restauro; • exposições das mais variadas técnicas de expressão e tendências, nas várias salas da Pinacoteca e da Estação Pinacoteca - ação educativa; • Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE); • Programa de Inclusão Sociocultural (PISC); • Capacitação de professores; • Visitas educativas; • Programa de Consciência Funcional. No caso de não cumprimento, parcial ou total, das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação será punida. O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à Associação e o respectivo montante descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, a Associação recebe, no prazo e condições acordadas, a importância global estimada em R\$ 83.298, que será paga da seguinte forma: R\$ 12.978 em 2009, R\$ 20.240 em 2010, R\$ 15.130 em 2011, R\$ 16.840 em 2012 e R\$ 18.130 em 2013. Os bens patrimoniais cedidos à administração da Associação a título de Permissão de Uso são os imóveis situados na Praça da Luz, 2 e no Largo General Osório, 66, além das obras de arte e biblioteca percentes ao acervo do museu. Para o ano de 2011, o contrato prevê que a Associação não poderá gastar mais do que 79,1% do seu orçamento com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes e empregados, assim como a remuneração da Diretoria não poderá ultrapassar o valor anual de 7,6% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas (52,48% e 4,35%, respectivamente). Os relatórios do primeiro ao terceiro trimestre de 2011 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura. O do quarto trimestre tem prazo de entrega marcado para 31 de janeiro de 2012. A Associação aguardará a formalização conclusiva da análise do relatório do quarto trimestre. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária em 26 de janeiro de 2012. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit do exercício. **2.4. Aplicações financeiras vinculadas** - Aplicações financeiras de liquidez imediata, estando demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit do exercício. **2.5. Recursos financeiros de projetos** - Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicados na execução dos projetos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados diretamente aos custos de projetos a incorrer. **2.6. Instrumentos financeiros** - A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (i) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit)** - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. (ii) **Empréstimos e recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não colados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da administração compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros contratos a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - Durante os exercícios de 2011 e de 2010, a Associação não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outros). **2.7. Contas a receber** - Estão representadas substancialmente por cartões de crédito e projetos a receber (2010 - correspondem, substancialmente, a valor a receber do Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Cultura, bem como pelo montante a receber de patrocinador de determinado evento cultural, e 2011 - correspondem, substancialmente, a valor a receber do Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Cultura, bem como pelo montante a receber de patrocinador de determinado evento cultural). **2.8. Estoques** - São classificados em **demais ativos circulante** e **não circulante**. Os estoques, representados substancialmente por livros recebidos em doação, inclusive em anos anteriores, foram valorizados pelo seu valor de venda ou custo, deduzidos, quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização, tendo como contrapartida rubrica específica no superávit do exercício. Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização. **2.9. Imobilizado** - Os itens do imobilizado são demonstrados ao

custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (até cinco anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.10. Intangível** - Está representado por licenças de softwares adquiridos que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados tendo como base o prazo do contrato de gestão (até cinco anos). **2.11. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques** - Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.12. Fornecedores** - As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **2.13. Créditos de projetos a incorrer** - Estão representados pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), pelo Programa de Ação Cultural (PROAC) aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura, e Recursos recebidos pelo FID - Fundo de Incentivos Difusos da Secretaria de Justiça do Governo do Estado de São Paulo. Este montante não utilizado ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação. **2.14. Recursos do contrato de gestão** - Estão representados pelos valores recebidos, ou a receber, para aplicação em gastos emergenciais ou outros não previstos no contrato de gestão e que ainda não foram utilizados. **2.15. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.16. Demais passivos circulantes** - De empréstimos e empréstimos por valores contábeis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **2.17. Patrimônio social** - Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. **2.18. Apuração do superávit** - Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos mensalmente como receita durante o exercício. Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação. As receitas de doações, patrocínios não incentivados e contribuições associativas, são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. A receita de venda da loja, decorrente substancialmente da venda de livros e publicações, e dos ingressos são reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito. As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios. **2.19. Benefícios a empregados** - A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios pós-emprego para os empregados e dirigentes pós sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações. **3. Estimativas e julgamentos contábeis** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de risco corresponde à constituição da provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques, os quais estão representados, substancialmente, por livros e publicações adquiridos ou editados por ocasião da realização de

Continuação >>>

## »»»Continuação

## Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

exposições decorrentes dos projetos incentivados, sendo a quantidade remanescente doada para a Associação, que os coloca à venda na sua loja, por preços inferiores aos correspondentes custos de doação ou de edição (a provisão constituída corresponde aproximadamente a 95% dos custos de doação ou de edição), assim como para contingências.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	15	7
Bancos conta movimento		
Contrato de gestão	15	397
Recursos próprios e fundo especial	3	45
	33	449
Aplicações financeiras - contrato de gestão		
Banco do Brasil - Fundo de investimento DILP VIP	1.877	3.896
Banco Santander - Fundo de investimento Classic DI	367	
	2.244	3.896
	2.277	4.345

Em 2011, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximada de 0,9% ao mês. Em atendimento às normas do Governo Estadual, as aplicações financeiras são realizadas substancialmente em bancos estatais.

## 5. Recursos financeiros de projetos

	2011	2010
Bancos conta movimento	3.849	6.775
Aplicações financeiras - projetos em andamento		
Plano anual de 2011	2.856	38
PROAC	321	
NELD	139	
	3.316	38
	7.165	6.813

Em 2011, as aplicações em fundos de investimento, realizadas no Banco do Brasil, tiveram remuneração equivalente a 0,9% ao mês.

## 6. Instrumentos financeiros

	2011	2010
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.277	4.345
Contas a receber	321	1.844
Outros créditos	96	100
Aplicação financeira vinculada	3.026	7.825
	5.720	7.825

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

	2011	2010
Fornecedores	618	2.072
Recursos do contrato de gestão	650	1.454
	1.268	3.526

## 7. Contas a receber

	2011	2010
Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Cultura (*)		1.400
Caixa Econômica Federal - projeto		200
Cartão de crédito - venda da loja	42	32
Projeto - NELD	271	
Outras	8	12
	321	1.644

(\*) Corresponde ao montante a receber decorrente do 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão, firmado em 30 de dezembro de 2010, recebido em janeiro de 2011.

## 8. Estoques

	2011	2010
Saldos conforme registros auxiliares	3.437	2.656
Provisão para perda e ajuste ao valor de realização	(3.134)	(2.442)
	303	214

## 9. Aplicações financeiras vinculadas

	2011	2010
Banco do Brasil S.A.		
Fundo de Renda Fixa - RF LP 500 mil (a)	954	870
Poupança (b)	216	204
Fundo de Renda Fixa - RF LP VIP Estido (c)	1.079	
Banco Santander - Fundo Classic DI (d)	777	662
	3.026	1.736

	Fundo de reserva de contingências (a)	Reserva para eventos especiais (b)	Fundo especial (d)
Em 31 de dezembro de 2009	811		624
Aplicação realizada		200	
Rendimentos auferidos	59	4	38
Em 31 de dezembro de 2010	870	204	662
Aplicação realizada		1.000	78
Rendimentos auferidos	84	12	79
Em 31 de dezembro de 2011	954	216	777

As aplicações decorrentes de Fundo de reserva e Reserva de contingências são realizadas em atendimento aos requerimentos do Contrato de Gestão. A rentabilidade anual média das referidas aplicações foi de 10,8%, com exceção da aplicação feita em poupança.

## 10. Outros créditos

	2011	2010
Adiantamentos a fornecedores	2	11
Antecipação de férias e empréstimos a funcionários	92	86
Outras contas a receber	10	3
Obras de arte	768	1.500
Provisão para doações	(768)	(1.500)
	104	100
Realizável a longo prazo - empréstimos a funcionários	(8)	
Ativo circulante	96	100

Em 2011, foram adquiridas 29 obras de 10 artistas, no montante total de R\$ 768, sendo R\$ 751 adquiridas com recursos do Contrato de Gestão e R\$ 17 com recursos do Fundo Especial, já doadas à Pinacoteca do Estado de São Paulo. Em 2010, foram adquiridas 93 obras de 13 artistas, no montante total de R\$ 2.805, sendo R\$ 2.553 adquiridas com recursos do Contrato de Gestão, R\$ 230 com recursos do Plano Anual e R\$ 22 com recursos do Fundo Especial, sendo parcela substancial já doadas para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, remanescendo obras no montante de R\$ 1.500, doadas no início do ano de 2011.

## 11. Imobilizado

	2011	2010
Móveis e utensílios	1.247	855
Máquinas e equipamentos	336	60
Equipamentos de informática	373	130
Instalações	55	28
Acessórios e equipamentos	9	(9)
Equipamentos fotográficos	17	(12)
	2.097	(1.252)
	845	1.113

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2011	2010
No início do exercício	1.113	769
Aquisição de bens	50	328
Aquisição de bens com recursos do projeto		327
Depreciação	(318)	(311)
No final do exercício	845	1.113

A composição das aquisições realizadas pode ser assim demonstrada:

	2011	2010
Máquinas e equipamentos	41	
Móveis e utensílios	5	531
Computadores e periféricos	4	121
Equipamentos fotográficos		3
	50	655

## 12. Fornecedores

	2011	2010
Aquisição de obras de arte		1.500
Por aquisição de serviços e outros	618	572
	618	2.072

	2011	2010
13. Impostos e contribuições a recolher		
PIS e COFINS a recolher	18	31
IRRF a recolher	118	96
ISSQN a recolher	7	7
INSS a recolher	174	172
FGTS a recolher	55	49
	372	355

## 14. Salários e férias a pagar

	2011	2010
Salários a pagar	328	302
Provisão para férias e encargos	797	699
	1.125	1.001

## 15. Créditos de projetos a incorrer

	2011		2010	
	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido	Líquido
Plano Anual 2009			1.417	
Plano Anual 2010			2.497	
Plano Anual 2011	3.739	(344)	3.395	3.054
Plano Anual 2012	3.290		3.290	
CEF e outros				206
NELD	427	(168)	259	
PROAC	321		321	
	7.777	(512)	7.265	7.174

Estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades na rubrica "Patrocínios de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas com projetos". Nos termos do artigo 62, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 3, de 30 de dezembro de 2010, do Ministério da Cultura, os saldos não utilizados de planos anuais poderão ser utilizados para outros planos anuais aprovados pelo Ministério da Cultura, desde que o plano (projetos) anterior seja encerrado e acolhidas as justificativas apresentadas para a transferência de saldo. A movimentação dos principais projetos em 2011 pode ser assim demonstrada:

	Plano anual						
	2009	2010	2011	2012	NELD	CEF e PROAC	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.417	2.497	3.054				7.174
Recursos recebidos ou a receber			2.338	3.290	1.918		433
Receitas financeiras e outras			1	1	38		347
Gastos incorridos na execução do projeto			(26)		(1.529)		(7.356)
Bens móveis transferidos para a Associação			(167)				(167)
Compra de obra de arte						(200)	(200)
Compra de bens móveis e intangível					(344)		(512)
Recursos transferidos para novo plano anual			(1.225)	(2.498)			(3.723)
Em 31 de dezembro de 2011			3.395	3.290	259	321	7.265

## Composição do saldo em 31 de dezembro

	2011		2010	
	Plano anual	CEF e outros	Total	Total
Bancos e aplicações financeiras	3.415	3.290	460	7.165
Contas a receber			271	271
Outros créditos			28	28
Fornecedores e outros	(48)		(151)	(199)
	3.395	3.290	580	7.265

A composição dos principais gastos incorridos nos projetos pode ser assim demonstrada:

	Plano anual		
	2009	2011	Outros
Produção, curadoria, coordenação técnica e outros	2	4.160	629
Divulgação		1.209	385
Contratos - serviços de terceiros		226	609
Material de consumo		16	
Outros	24	69	27
	26	5.680	1.650

A composição dos bens móveis e intangível adquiridos com recursos dos projetos pode ser assim demonstrada:

	2011
Móveis e utensílios	296
Máquinas e equipamentos	137
Equipamentos de informática	109
Softwares	40
Outros	2
	584
Depreciação e amortização	(72)
	512

Os referidos bens móveis e intangível serão ao final do projeto revertidos para o patrimônio da Associação ou destinados a outra entidade, consoante disposição da Instrução Normativa nº 1, de 5 de outubro de 2010, do Ministério da Cultura.

## 16. Recursos do contrato de gestão

	2011	2010
Correspondente ao terceiro aditamento	650	1.250
Correspondente a reserva para contingências	216	204
	866	1.454
Passivo não circulante	(216)	(204)
Passivo circulante	650	1.250

Em 2010, a Associação firmou o terceiro termo de aditamento ao contrato de gestão, mantido com a Secretaria de Estado da Cultura, estabelecendo a inclusão de novos indicadores e metas. Em decorrência deste aditamento, a Associação recebeu o valor de R\$ 3.340 destinado a fazer frente a gastos emergenciais, não previstos anteriormente, e que passaram a fazer parte do Anexo I ao Contrato de Gestão. Em 2011 a Associação firmou o sexto termo de aditamento ao Contrato de Gestão nº 35/2008, mantido com a Secretaria de Estado da Cultura, estabelecendo a inclusão de novas metas em substituição à meta desenvolvimento de projeto executivo para instalação da Pinacoteca e da Reserva Técnica Compartilhada no Liceu de Artes e Ofícios (LAO). Os novos indicadores que alteraram o Anexo Técnico 1 - do Plano de Trabalho são: (a) Contratação de empresa especializada para levantamento pericial de engenharia e emissão dos laudos técnicos para dar continuidade aos trâmites de obtenção de alvará de funcionamento; (b) Programa de Edificações - Conservação, manutenção e Segurança; (c) Organizar o Programa de Palestras "Sempre às Quintas", com o objetivo de estender o horário de abertura da Pinacoteca Luz; (d) retificação da redação dos indicadores de resultados da ação "Executar ações de restauro nas obras do acervo museológico"; (e) alteração da tabela de pontuação para avaliação das metas e (f) Aquisição da obra "Retrato de Goffredo da Silva Telles", Pintura de 1927 de autoria de Lasar Segall. O saldo apresentado no passivo circulante corresponde às metas, cujos valores totalizam R\$ 650 (2010 - R\$ 1.250) e serão atendidas em 2012. O montante de R\$ 200, correspondente ao 3º Aditamento ao Contrato de Gestão, destinado ao pagamento de eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, permanece aplicado em conta bancária específica, podendo sua movimentação ser aprovada pelo Conselho de Administração da Associação e pelo Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar

o exercício dessa competência. Ao final do contrato de gestão, o saldo financeiro remanescente na reserva (aplicação financeira) será rateado entre o Estado e a Associação, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída. O montante recebido será apropriado para recita no momento e na mesma proporção dos eventuais pagamentos realizados, estando o saldo apresentado acrescido dos rendimentos auferidos na sua aplicação. 17. Contingências - Na data das demonstrações financeiras, a entidade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2011	2010
Depósito judicial	(70)	144
Provisão para contingências		74
Contingências trabalhistas		

A entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. As contingências trabalhistas, consistem, principalmente, em reclamações de terceiros solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício, do período anterior à administração da Pinacoteca pela Associação. As tributárias, referem-se, principalmente, à discussão quanto à imunidade tributária da Associação com relação ao recolhimento da COFINS e imunidade tributária requerida junto ao Município de São Paulo para afastar a incidência de ISSQN sobre as atividades da entidade. A Associação também possui ações envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis, no montante estimado de R\$ 392 (2010 - R\$ 248). A administração, consoante a opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de despejo desfavorável nessas questões. 18. Patrimônio social - O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente, assim como pelas doações de bens recebidas, desde a data de sua constituição. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

	Plano anual						
	2009	2010	2011	2012	NELD	CEF e PROAC	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.417	2.497	3.054				7.174
Recursos recebidos ou a receber			2.338	3.290	1.918		433
Receitas financeiras e outras			1	1	38		347
Gastos incorridos na execução do projeto			(26)		(1.529)		(7.356)
Bens móveis transferidos para a Associação			(167)				(167)
Compra de obra de arte						(200)	(200)
Compra de bens móveis e intangível					(344)		(512)
Recursos transferidos para novo plano anual			(1.225)	(2.498)			(3.723)
Em 31 de dezembro de 2011			3.395	3.290	259	321	7.265

(a) Fundo de reserva - O fundo de reserva foi constituído à razão de 6% do repasse financeiro recebido em 2009 pela Associação, no montante de R\$ 12.500, como requerido no Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, estando os recursos financeiros correspondentes aplicados em conta bancária específica e sob a tutela do Conselho de Administração, podendo ser utilizado em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos em recebimentos de recursos. (b) Fundo especial - Em 2007, a administração decidiu constituir o Fundo Especial, mediante apropriação de parcela do superávit acumulado, para fazer face a eventuais prejuízos ou despesas futuros não recorrentes, insperáveis ou momentâneas, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. (c) Reserva para eventos futuros - Em 2010, o Conselho de Administração da Associação decidiu constituir a Reserva para Eventos Futuros, mediante apropriação de parcela do superávit acumulado, para fazer face a eventuais pagamentos de caráter emergencial ou insperável relacionados à preservação das edificações ou dos acervos da Pinacoteca do Estado ou sob sua guarda. Os recursos financeiros correspondentes foram aplicados em 2011 em conta bancária específica, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

## 19. Receitas e custos com contrato de gestão

	2011	2010
Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos		
Segundo Termo de Aditamento		15.500
Terceiro Termo de Aditamento		3.340
Quarto Termo de Aditamento		850
Quinto Termo de Aditamento		15.130
		15.980
Receita a apropriar		(850)
Receita apropriada		600
		15.790

	2011	2010
Despesas e custos com contrato de gestão		
Pré-produção e preparação		(142)
Produção e execução		(521)
Divulgação e comercialização		(117)
Com pessoal		(9.634)
Contratos		(4.066)
Material de consumo		(483)
Utilidade pública		(1.546)
Doações de obras		(163)
Doações - outras		(3)
Depreciação e amortização		(81)
Outras despesas		(951)
Tributárias		(31)
Financeiras, líquidas	</	



»»»Continuação

**Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC**

às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas decorrentes de vendas, locação de espaços, bilheteria e outras. A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, posição essa confirmada por seus assessores jurídicos, que indicam em resposta a consulta formulada que, em princípio, a Associação estaria sujeita ao recolhimento da COFINS, mas que no seu entendimento a "atividade própria" é toda e qualquer atividade cuja receita viabilize, no todo ou em parte, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da entidade. Em maio de 2008, os advogados da Pinacoteca interaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que seja declarada a imunidade da Associação, ou, subsidiariamente, que seja declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente

previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) a venda de produtos relacionados com o espaço do museu, ainda pendente de apreciação. Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que as receitas de bilheteria, cursos e palestras estão imunes do ISSQN, imunidade essa que poderá ser obtida mediante requerimento formulado junto ao órgão da administração municipal. Adicionalmente, os assessores jurídicos indicam que em função da imunidade tributária conferida pelo artigo 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, fica afastada, de qualquer maneira, a incidência do ISSQN sobre as atividades desempenhadas pela Associação. Em outubro de 2008, foi apresentado o pedido de reconhecimento da imunidade tributária junto a Prefeitura do Município de São Paulo, ainda pendente de apreciação. Em decorrência dos assuntos comentados acima, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a eventual pagamento futuro desses tributos. As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores

de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais. **22. Seguros** - A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 05 de junho de 2011 a 05 de junho de 2012. As coberturas de seguros contratadas (locais - Praça da Luz, Rua General Osório e Rua Pedro Arbues) têm os seguintes limites: (a) incêndio, rano, explosão de qualquer natureza e incêndio resultante de tumultos - R\$ 44.000; (b) vendaval até fumaça, com impacto de veículos terrestres e aéreos - R\$ 1.100; (c) tumultos - R\$ 220; (d) danos elétricos - R\$ 55; (e) equipamentos móveis - R\$ 39; (f) equipamentos eletrônicos - R\$ 33; (g) roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado - R\$ 33; (h) roubo de valores nas dependências do segurado - R\$ 11. Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil e danos materiais, com cobertura contratada de R\$ 1.000 e R\$ 340, respectivamente. Não são contratados seguros para os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão. Com relação às obras de arte recebidas ou enviadas para exposições são contratados seguros específicos. Adicionalmente, foi contratado seguro fiança relativo ao aluguel do galpão situado à rua Pedro Arbues, 115, com vigência de 1ª de novembro de 2011 a 1ª novembro de 2012, com valor de R\$ 5.200,00 ao mês e danos ao imóvel de 20% da indenização.

<b>Conselho de Administração</b>	
Presidente - Nilo Marcos Mingroni Cecco	
Vice-Presidente - Julio Landmann	
<b>Conselheiros</b>	
Ana Carmen Rivaben Longobardi	
Carlos Wendel de Magalhães	
Denise Aguiar Alvarez	
Isaac Araújo Pereira da Silva - representante dos funcionários	
José Otávio Pereira	
Maria Luisa de Souza Aranha Mellaragno	
Pedro Bohometz de Abreu Dallari	
Pedro Paulo Figueiras Barbosa	
Sérgio Fingeremann	
Tais Gasparian	
<b>Conselho Fiscal</b>	
Osvaldo Roberto Nieto - Presidente	
Manoel Andrade Rebello Neto - Silvio Barbosa Bentes	
<b>Conselheiros</b>	
<b>Diretoria Executiva</b>	
Marcelo Mattos Araujo - Diretor Executivo	
Miguel Martín Gutierrez Filho - Diretor Financeiro	
<b>Contador</b>	
Paulo Schiesari Filho - CRC 15P140.342/O-8	

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Diretores e Conselheiros Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC (a "Associação") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor realiza diversos controles internos relevantes para a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 26 de janeiro de 2012

**PRICACABAREHOUSE (COPERS)**  
**Auditores independentes**  
 CRC 25P000160/O-5  
**Mauro Sérgio Alves Teixeira**  
 Contador CRC 15P149262/O-6

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 35/2008				
Indicadores	Metas Quantitativas			Percentua
	Meta	Realizado	2011	
<b>Programa de Acervos</b>				
Restaurar Obras do Acervo	110	193	175%	
Conferência de catalogação do DONATO	1.000	1.050	105%	
avaliação e higienização das obras expostas na NELD	1.800	1.035	77%	
Incorporar novas publicações a Biblioteca	300	860	287%	
Incorporar novo fundo de documentos ao acervo do CEDOC	1	4	400%	
Aquisição de obra do artista Lasar Segall	1	1	100%	
<b>Programa de Exposições e Programação Cultural</b>				
Inaugurar a NELD	1	1	100%	
Realizar exposições temporárias sobre o acervo	4	4	100%	
Realizar mostra Performance Artística	1	1	100%	
Abertura ao Público Pinacoteca Luz (dias)	307	307	100%	
Abertura ao Público Estação Pinacoteca (dias)	307	307	100%	
Abertura da Biblioteca para o público (dias)	257	257	100%	
Visitação Pinacoteca Luz	360.000	310.065	86%	
Visitação Estação Pinacoteca	30.000	36.252	121%	
Visitação Memorial da Resistência de São Paulo	35.000	60.891	174%	
Atender consultes na Biblioteca	1.200	1.218	102%	
Atender pesquisadores no CEDOC	200	309	155%	
Organizar Seminários Sábados Resistentes	15	18	120%	
Realizar exposição temporária memorial da Resistência SP	2	3	150%	
Abertura Noturna no âmbito do projeto "Sempre as Quintas"	17	22	129%	
<b>Programa de Serviços Educativos e Projetos Especiais</b>				
Visitantes em visita educativa	10.000	18.753	188%	
Visitantes em visitas educativas Memorial da Resistência SP	12.000	16.081	134%	
Programa Educativo Público Especial - atendimento	250	921	368%	
Programa Inclusão Sócio Cultural - atendimento	500	2.070	414%	
Encontros de Capacitação	4	12	300%	
Educadores capacitados	60	396	660%	
Realizar pesquisa pedagógica de curso	4	8	200%	
<b>Programa Apoio SISEM</b>				
Oferecer programa de estágio técnico	2	2	100%	
<b>Programa de Gestão Operacional</b>				
<b>Captação de Recursos</b>				
Recursos Operacionais Museu	R\$1.513.000	R\$1.596.737	106%	
Captação de Patrocínios	R\$1.513.000	R\$7.043.890	466%	
<b>Equilíbrio Financeiro</b>				
Índice de liquidez seca	= ou > 1	1,87	100%	
Receitas Totais / Despesas Totais	= ou > 1	1,00	100%	
Despesas funcionários meio/fim	< 0,5	0,28	100%	

Metas Condicionadas 2011	
Indicadores	Realizado
Realizar Exposições Temporárias (Históricas, Arte Contemporânea, Fotografia e Gravura)	21
Metas Qualitativas	
Indicadores	Percentuais Realizados
<b>Programa de Edificações</b>	
Manutenção predial e conservação preventiva	100%
Execução de Programa de Combate e Controle de Pragas	100%
Renovação de contrato de seguro	100%
Simulado de Crise	100%
Treinamento/Palestra com segurança terceirizada	100%
Treinamento com operadores de monitoramento	100%
Visitas em outras instituições com foco na segurança	67%
Manter em boas condições todos os equipamentos de combate de incêndio	100%
Elaborar Plano de Salvaguarda e Contingência	100%
Estudo Preliminar para adaptações de sustentabilidade ambiental e hidráulica	100%
Contratação de empresa especializada ref. Alvará	-
<b>Programa de Acervos</b>	
Entrega do inventário do acervo artístico e bibliográfico atualizado	100%
Manter e atualizar o Banco de Dados sobre o acervo da Secretaria de Estado da Cultura	100%
Elaborar lista de descrições comuns aos três acervos	100%
Programa de aquisição de obras para o acervo	100%
Preservação do acervo do CEDOC	100%
Elaborar relatório de condições gerais de conservação do acervo do CEDOC	100%
Prossiguir com o plano de conservação do acervo museológico	100%
Submeter projetos a editais e afins	100%
Desenvolver Manual de Gestão Arquivística	100%
<b>Programa de Exposições e Programação Cultural</b>	
Participação na Virada Cultural com programação própria	100%
Participação na Semana Nacional de Museus com programação própria	100%
Participação na Primavera de Museus com programação própria	100%
Realizar evento mês da Consciência Negra	100%
<b>Programa Apoio SISEM</b>	
Colaborar no encontro de museus de arte	100%
<b>Programa de Comunicação</b>	
Manter o site atualizado	100%
Fornecer clipping de Comunicação	100%
Elaborar e implantar plano de comunicação institucional	100%
Realizar Pesquisa de Satisfação de Público	100%
Criação do site Memorial da Resistência SP	100%
Encaminhar material de divulgação impressa	100%
<b>Programa de Gestão Operacional</b>	
Dar continuidade ao Programa de Desenvolvimento Organizacional PDO	100%
Dar continuidade ao Planejamento Estratégico	100%
Envio de inventário de bens móveis e utensílios	100%
Enviar contas de utilidade pública	100%

Meta de Visitação do Edifício Pinacoteca Luz: não foi alcançada em virtude da reestruturação da exposição de longa duração sobre o acervo, que ficou fechada até outubro de 2011.

Meta de higienização de obras do acervo expostas: não foi alcançada em virtude da reestruturação da exposição de longa duração sobre o acervo, que ficou fechada até outubro de 2011.

Meta de visitas externas com a equipe de segurança: foram organizadas 4 visitas, ao invés de 6, em virtude de alteração no quadro de funcionários, que demandou tempo de treinamento, sem possibilidade de liberar a equipe para realizar visitas externas.

Meta de contratação de empresa especializada ref. Alvará: por ter sido meta contratada na assinatura do 6º Termo de Aditamento, em 28 de dezembro de 2011, será executada durante o ano de 2012.

**A2PAR- A2 PARTICIPAÇÕES LTDA.**  
 CNPJ/MF nº 03.019.549/0001-16 - NIRE 35215522060  
**ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS**  
**Data, Hora e Local:** Em 07/12/11, às 11 hs., na sede da Cia. na R. Formosa, 75, 4º and., s.l.03, São Paulo/SP **Convocação:** Dispensa, nos termos do art. 1.072, § 2º, CC/2002. **Presenças:** Sócios representantes de 100% do capital social. **Mesa:** Presidente - **Bruno de Andrade Faria;** Secretário - **Lucas Freire de Moraes.** **Ordem do Dia:** Aprovação e autorização para a prestação de todo e qualquer tipo de garantias, reais, fidejussórias ou de qualquer outra natureza às empresas do Grupo ou a terceiros. **Deliberações:** Colocado em pauta o assunto da ordem do dia, foi o mesmo aprovado por unanimidade, bem como ratificar todos os atos anteriores realizados com o Banco Pine e demais Instituições Financeiras. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e assinada por todos os presentes. São Paulo, 07/12/11. **Lucas Freire de Moraes**-Secretário. JUCESP 505.691/11-5 em 21/12/11. **Kátia Regina B. de Godoy** - Secretária Geral.

**TMS CALL CENTER S.A.**  
 CNPJ/MF nº 03.274.060/0001-90 - NIRE 35.300.337.387  
**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**  
**Data, Hora e Local:** 14/12/11, às 09 hs., na sede social da Sociedade, na R. Ceará, 193, cj. 2, Alphaville, Barueri/SP **Convocação:** Dispensa, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Presença:** Acionistas representantes de 100% do capital social. **Mesa:** Presidente - **Guilherme de Andrade Faria;** Secretária - **Flávia R. Martins.** **Ordem do Dia:** Aprovação e autorização para a prestação de todo e qualquer tipo de garantias, reais, fidejussórias ou de qualquer outra natureza às empresas do Grupo ou a terceiros. **Deliberações:** Colocado em votação a ordem do dia, foi a mesma aprovada por unanimidade, bem como ratificar todos os atos anteriores realizados com o Banco Pine, e demais Instituições Financeiras. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e assinada por todos os presentes. Barueri, 14/12/11. **Flávia R. Martins**-Secretária. JUCESP 506.383/11-8 em 21/12/11. **Kátia Regina B. de Godoy** - Secretária Geral.

**Edital de Convocação - Assembléia Geral Extraordinária** - Pelo presente edital, o Sindicato das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo, convoca os representantes legais, devidamente credenciados, de todos os hospitais filantrópicos das Cidades que tenham seus funcionários vinculados com base territorial sindical do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Piracicaba e região, para Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no salão nobre da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba, sito à Av. Independência, 953, Piracicaba/SP, dia 13/02/2012, às 10:30 horas em 1ª convocação e, em 2ª convocação às 11:00 horas, para discutirem a seguinte Ordem do Dia: a) exame, discussão e votação das reivindicações apresentadas pelo Sindicato Profissional referido para celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, período de 01/02/2012 a 31/01/2013; b) autorizar o Sindicato Econômico a manter negociações, respeitadas as decisões da Assembléia. A pauta de reivindicações encontra-se disponível no site www.sindhosfl.com.br. São Paulo, 26 de janeiro de 2012. **Rubens Travitzyk** - Presidente.

**PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A.**  
 CNPJ nº 58.131.582/0001-25  
**Comissão de Registro Cadastral e Licitações Concorrência Pública - Edital 001/2012**  
**Processo nº 25/2012-75**  
**Objeto:** Aquisição de 615.000 kg (seiscentos e quinze mil quilos) de óleo combustível OC1A. A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A. comunica que está procedendo à licitação acima. O Edital completo poderá ser retirado a partir do dia 31/01/2012 em horário comercial, na Comissão de Registro Cadastral e Licitações - CRCL - PRODESAN, à Praça dos Expedicionários nº 10, prédio anexo, em Santos - SP mediante o pagamento da taxa de R\$ 5,00 (cinco reais). As propostas serão abertas no dia 02/03/2012 às 10h00 no mesmo endereço.  
 Santos, 25 de janeiro de 2012  
 Comissão de Registro Cadastral e Licitações

**INSTITUTO SANTISTA DE EMPREEN- DIMENTOS CULTURAIS S/A**  
 CNPJ: 46.787.933/0001-71  
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
 São convocados todos os acionistas a reunirem-se no dia 05 de Março de 2012 às 08:00 hs, em primeira convocação e às 8:30 hs em segunda convocação em Assembléia Geral Ordinária, na sede social à Rua Domingos de Moraes nº 2.777, conj.51, em São Paulo-SP a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) exame, discussão e votação do relatório de administração, balanço e demonstrativo de resultados da sociedade no exercício de 2.011; 2) eleição da diretoria; 3) Outros assuntos de interesse geral. Santos, 30 de Janeiro de 2012.  
 NILDA DE CASTRO SMOLKA  
 Diretora Vice- Presidente

**AGROPECUÁRIA 30 DE DEZEMBRO LTDA**  
 CNPJ/MF Nº 11.550.677/0001-10 - NIRE 51.2011.6805-9  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS**  
 Ficam os senhores sócios da Agropecuária 30 de Dezembro Ltda. ("Sociedade"), convocados, na forma do Contrato Social da Sociedade, para se reunirem em Reunião de Sócios ("Reunião") a realizar-se no dia 08 de fevereiro de 2012, às 10:00 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olímpadas, nº 205, CEP 04551-000, para tratar da seguinte Ordem do Dia: **Ordem do dia:** prestação de contas referentes ao exercício de 2011. São Paulo, 27 de janeiro de 2012. **Natalino Bertin** - Administrador da Sociedade, p.p. **Flavio Antonio Esteves Gardino**.